

MORTES POR AGRESSÃO FÍSICA DE POPULAÇÃO LGBTTT NO BRASIL: TAXAS NO ARMÁRIO¹

Leonardo Name (CAU/PPGPPD/PPGLC-UNILA)

Jackeline Aparecida Ferreira Romio (IFCH-UNICAMP)

¹ "Trabalho apresentado no VII Congreso de la Asociación LatinoAmericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu/PR – Brasil, de 17 a 22 de outubro de 2016"

MORTES POR AGRESSÃO FÍSICA DE POPULAÇÃO LGBTTTT NO BRASIL: TAXAS NO ARMÁRIO

Leonardo Name (CAU/PPGPPD/PPGLC-UNILA)

Jackeline Aparecida Ferreira Romio (IFCH-UNICAMP)

Resumo:

Pretendemos evidenciar o problema da violência homofóbica e transfóbica no Brasil e questionar o discurso hegemônico sobre a violência urbana, que, ao centralizar seu foco nas taxas de mortes de homens jovens por homicídios em associação com a criminalidade urbana e as desigualdades sociais, ignora demais fatores, como gênero e sexo. Para isso, relacionaremos as taxas de homicídios produzidas a partir do registro nas Declarações de Óbito, da área da saúde (SIM/MS), com os dados segmentados por orientação sexual produzidos entre 2011 e 2013 pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), cujos relatórios anuais contabilizam assassinatos de LGBTTTTs.

Nossa abordagem se justifica porque a violência que atinge a população LGBTTTT é ampla, variando de xingamentos no espaço público a assassinatos. Vem sendo pouco a pouco revelada por meio de iniciativas da sociedade civil organizada e suas redes de denúncia e seguimento dos casos de agressão mais grave, tais quais a do GGB. Revelam-se de extrema importância por darem visibilidade a estes assassinatos, auxiliando em seu monitoramento, já que as informações do SIM/MS recaem, no que diz respeito a gênero e sexo, na bipolaridade entre homem e mulher – ignorando intrínsecas complexidades e tornando impossíveis análises quantitativas ou qualitativas dos óbitos de homossexuais, travestis, transexuais e transgêneros e, portanto, sobre motivações homofóbicas ou transfóbicas.

Orientam-nos Michel Foucault (1979), que esclarecem que censos, dados estatísticos, mapas e mapeamentos não são expressões fidedignas da realidade, mas parcialidades com base em categorias e indicadores mais ou menos reprodutores de assimetrias de poder, que lhe são pré-existentes e simplificam a complexidade do real, iluminando alguns de seus aspectos, grupos, corpos e espaços e invisibilizando outros. Guia-nos, também, as noções de “performatividade de gênero” (Butler [1990] 2007) e de “closet spaces” (espaços no armário) proposta pelo geógrafo Michael P. Brown (2000), que

afirma que o “armário” não é mera metáfora de condições de ocultamento e opressão, mas uma enunciação que faz interagir materialidades e subjetividades, objetos e ações: descreve espaços e práticas, incluindo a formulação de taxas e demais dados estatísticos, que são produtos da heteronormatividade e da homofobia/transfobia, ao mesmo tempo causa e efeito da invisibilidade LGBTTT.

Palavras-chave: homicídios, suicídios, LGBTTT, violência baseada em gênero.

MORTES POR AGRESSÃO FÍSICA DE POPULAÇÃO LGBTTTT NO BRASIL: TAXAS NO ARMÁRIO

Introdução

Nas últimas décadas a população agrupada sob a sigla LGBTTTT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros) vem conquistando visibilidade – dentre outros fatores, a partir do trabalho de movimentos sociais, da inserção de representantes de suas comunidades na política e da militância acadêmica. A despeito disso, ela permanece alvo de atos violentos – mais numerosos, mas não exclusivos, nas cidades –, que, variando de agressões verbais e físicas a assassinatos, permanecem praticamente invisíveis, porque raramente são denunciados e documentados, alimentando uma cultura de impunidade. Não existem estatísticas oficiais a respeito destes crimes.

Tanto para a elaboração de diagnósticos quanto para mensurar a magnitude das agressões contra esta população e, com isso, elaborar políticas públicas de prevenção, punição e eliminação deste tipo de violência, fazem-se necessárias estatísticas e análises dos casos. No Brasil, as taxas de homicídios são produzidas a partir das Declarações de Óbito (DO) expedidas no setor da saúde a partir do registro de categoria de morte por médico ou médica. São sistematizadas e disponibilizadas nacionalmente pelo Sistema de Informação Sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, desde 1975.

Unificando vários modelos de instrumentos utilizados para coletar dados sobre mortalidade e obedecendo critérios da Classificação Internacional de Doenças (CID), a DO possui variáveis que permitem construir indicadores e processar análises epidemiológicas importantes para a gestão em saúde. Porém a identificação das pessoas nos óbitos recai no binarismo biológico entre homem e mulher, ignorando intrínsecas complexidades identitárias em termos de gênero e sexualidades e, assim, tornando impossíveis análises quantitativas ou qualitativas sobre as mortes de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.

Diante da enorme violência concomitante à ausência de números do Estado, têm importância as iniciativas da sociedade civil organizada e suas redes de denúncia e seguimento dos casos de agressão mais grave e morte, algumas delas gerando dados não oficiais. Este é o caso dos relatórios anuais do Grupo Gay da Bahia (GGB)

contabilizando a violência letal publicada na mídia impressa, televisiva e virtual, sobretudo contra travestis e homens gays. Elaborados, desde a década de 1980, os dados do GGB em grande medida contribuíram para tornar a denúncia e o combate a esta violência prioridades centrais dos movimentos LGBTTTT, dando visibilidade no Brasil à palavra *homofobia*. Além disso, estabeleceram uma série histórica de dados que, se não dá conta de o número real de assassinatos de caráter homofóbico no Brasil, pelo menos faz perceber o volume de notícias relacionadas a este tipo de crime contra a população LGBTTTT na mídia brasileira (Cf. Ramos e Carrara, 2006, p. 190-192).

Neste trabalho, relacionaremos os dados provenientes das Declarações de Óbito do SIM/MS com aqueles produzidos em 2014 pelo GGB. Tal cotejamento nos auxiliará a explicar nosso argumento de que as taxas de homicídios oficiais estão “no armário”, pois ao contabilizarem as mortes de homossexuais e pessoas transgêneras como mortes de “homens” (pessoas nascidas com pênis) ou “mulheres” (pessoas nascidas com vaginas), elas as ocultam. Corroboram, pois, não só com a invisibilização da população LGBTTTT, como também com a violência homofóbica, lesbofóbica e transfóbica.

Meios e Métodos

Partimos da premissa de que os dados estatísticos não podem ser confundidos com a realidade que tentam descrever, por necessariamente serem parcialidades com base em categorias e indicadores mais ou menos reprodutores de assimetrias de poder – que lhe são pré-existent, iluminando alguns aspectos, grupos, corpos e espaços presentes no “real” e invisibilizando outros (Foucault, [1966] 2002; [1969] 2005; Anderson, [1983] 1993).

Somos inspirados pela abordagem *queer* e pelas geografias de gênero e sexualidades, interessadas na análise das diferenças presentes em corpos, espaços e suas inerentes práticas, considerados produtos da heteronormatividade que fomenta a homofobia, a lesbofobia e a transfobia. Tentaremos demonstrar, a partir de uma breve revisão das noções de “performatividade de gênero” (Butler, [1990] 2007) e de “*closet spaces*” (“espaços no armário”; Brown, 2000), as condições de produção e enunciação de corpos e espaços e de corpos nos espaços – em que se incluem a formulação de dados e taxas que fazem interagir materialidades e subjetividades, objetos e ações, em prol da invisibilidade LGBTTTT.

Em seguida, apresentaremos os dados do SIM/MS e do GGB, referentes ao ano de 2014, buscando evidenciar as particularidades referentes às violências múltiplas. As informações levantadas pelo GGB revelam o número de 317 homicídios e 9 suicídios que vitimaram 163 pessoas identificadas como gays, além de 134 pessoas identificadas como transgêneras, 14 lésbicas, 3 bissexuais e 7 *T-lovers* (amantes de travestis), totalizando 326 mortes violentas. O SIM, no mesmo ano, registrou 58.946 homicídios e 10.496 suicídios que vitimaram 62.387 homens, 6.950 mulheres e 105 pessoas cujo sexo foi ignorado.

A planilha contendo dados do GGB foi adquirida em formato *.pdf no blog “Homofobia Mata”, reorganizada utilizando o programa Excel e a estatística descritiva e cruzamentos foram elaborados em SPSS versão 18.0. As categorias principais na análise foram “Bissexual”, “Gay”, “Hétero”, “Lésbica”, “Trans” e “T-lover”, todas nativas do banco de dados do GGB. Os dados do SIM foram adquiridos no site do DataSUS utilizando o sistema TABNET.

Embora os dados levantados pelo GGB ofereçam um número pequeno de óbitos se comparado ao número de registros do SIM, estas comparações são importantes: possibilitam novas interpretações, pois cremos que os dados e os estudos das mortes por homicídio vêm produzindo análises que não favorecem o entendimento das especificidades das mortes de pessoas que estejam fora da percepção binária de sexo, previamente consagrada no momento da captura da informação oficial.

Aproximamos as categorias de morte das declarações de óbito às categorias *causa mortis* dos registros da GGB, compatibilizando os últimos (mais amplos) aos primeiros.² Com a mesma intenção, também aproximamos os registros dos locais de

² Aproximações sugeridas entre as categorias de morte do SIM e as *causa mortis* do GGB: “arma branca” (GGB) = “X99 Agressão objeto cortante ou penetrante” (SIM); “arma de fogo” (GGB) = “X93 Agressão disparo de arma de fogo de mão, X94”, “Agressão disparo arma fogo de maior calibre”, “X95 Agressão disparo outra arma de fogo ou NE” (SIM); “espancamento” (GGB) = “Y04 Agressão p/meio de força corporal” (SIM); “asfixia/enforcamento” (GGB) = “X91 Agressão enforcamento estrangulamento sufocão” (SIM); “apedrejamento/pauladas/esmagamento” (GGB) = “Y00 Agressão p/meio de um objeto contundente” (SIM); “Não Declarado” (GGB) = “Y09 Agressão p/meios NE” e todas as outras não relacionadas aos descritores de *causa mortis* do GGB no SIM; “suicídio” (GGB) = “Lesões autoprovocadas intencionalmente” (Grupo de morte dentro das “causas externas de morte”, classificadas entre X60 a X84, no SIM); “carbonizado” (GGB) = X96 Agressão p/meio de material explosivo e “X97 Agressão p/meio de fumaça fogo e chama” (SIM); “envenenamento/overdose” (GGB) = X85 “Agressão meio drog medic e subst biológicas”, “X87 Agressão p/pesticidas”, “X89 Agressão outros produtos químicos substâncias nocivas específicas” e “X90 Agressão produtos químicos e substâncias nocivas NE” (SIM); “agressão sexual” é categoria apenas no SIM.

ocorrência³ e reduzimos as categorias de profissão existentes nos registros da GGB às categorias “estudantes”, “profissionais do sexo” e “outras profissões” (agrupando advogados, professores, auxiliares de limpeza, empresários, entre outras). Na medida em que acreditamos que os homicídios de profissionais do sexo normalmente não são traduzidos em dados oficiais, promovendo silenciamento da violência letal contra este grupo, em tendo sido capturados no registro do GGB consideramos importante destacá-la em relação às demais profissões. Seguindo estas reduções/aproximações procedemos a análise dos dados

Discussão

A diversidade de sexualidades e identidades de gênero vem recebendo atenção de bastantes intelectuais, particularmente desde a publicação de *Gender Trouble*, obra da estadunidense Judith Butler (op. cit.). Afiliando-se a debates foucaultianos sobre a sexualidade e a preceitos da teoria literária, ela argumenta que há uma ordem coercitiva entre sexo, gênero e desejo, que os apresenta como condições que devem seguir uma única direção, de fundamento biológico: desse modo, a genitália define impositivamente a sexualidade dos indivíduos, assim como seus atributos e linguagem corporais. Para a autora, a tradução das características corporais, quando analisadas à luz da Biologia, para uma oposição binária aguda entre dois sexos é uma construção social, desdobrada nos papéis de gênero e sexualidades também falsamente estáveis e coesos, mas em permanente correlação de oposição. Em outras palavras, a constatação de diferenças morfológicas e funcionais entre o pênis e vagina desdobra-se em regimes de verdade sobre diferenças ontológicas entre macho e fêmea, homem e mulher, masculino e feminino. É por estes mecanismos que a heterossexualidade torna-se obrigatória e que se oblitera o sem-número de motivações erótico-naturais.

³ Aproximações entre locais de ocorrência do SIM e GGB: “hospital” e “outro estabelecimento de saúde” (SIM), apareceram apenas nos casos documentados pela saúde; “domicílio” (SIM) = “quarto d**e pensão”, “residência”, “apartamento”, “casa” (GGB); “via pública” (SIM) = “beira de estrada”, “construção”, “estrada”, “estrada de terra”, “estrada isolada”, “margem de rio”, “margens de córrego”, “matagal”, “mato”, “parque”, “posto de combustível”, “prédio abandonado”, “rodovia”, “rua”, “terminal rodoviário”, “terreno”, “terreno baldio”, “via pública” (GGB); “outra” (SIM) = “bar”, “boate”, “campus UFSC”, “canal”, “canavial”, “carro”, “centro espírita”, “danceteria”, “embaixo de uma árvore”, “estábulo”, “fazenda”, “lago”, “lagoa”, “loteamento”, “motel”, “ônibus”, “praia”, “recinto de rodeio”, “rio”, “salão de beleza”, “sítio”, “zona rural” (GGB); “ignorado” (SIM) = em branco ou não identificação (GGB).

A matriz heterossexual compulsória seria mantida, de acordo com Butler, por certas "performatividades": gestos, sinais e outras formas de comunicação verbal e não verbal reforçadores das construções de corpos e dos comportamentos sexuais ligados ao que se *exige* como feminilidade e masculinidade. No entanto, a autora defende a possibilidade de performatividades subversivas, que fariam os processos de comunicação colidirem com a ordem heteronormativa. Drag queens e travestis são exemplos contundentes, pois em sendo indivíduos cujos corpos são biologicamente classificados como de homens, mas que claramente expõem o caráter performativo da feminilidade, subvertem a ótica binária coercitiva. Necessariamente são, por isso, classificados pela ordem social coercitiva como estranhos, excêntricos e inesperados – em uma palavra: queer, termo que a Butler consagrou, embora já estivesse presente nos escritos anteriores de Gloria Anzaldúa ([1987] 2012; Cf. Miskolci, 2014).

Anglófona e de difícil tradução para o português, *queer* é palavra na qual se quer agrupar as incontáveis minorias sexuais e de gênero: as pessoas que são intersexo, isto é, cujos corpos não correspondem ao que é considerado padrão feminino ou masculino; lésbicas, gays e bissexuais; transexuais, travestis, trans-homens, transmulheres e *cross-dressers*; assexuados, andróginos e não binários; drag queens e drag kings – para nomearmos apenas alguns que se diferenciam de cisgêneros, isto é, das pessoas de gênero e sexualidade que correspondem ao que está normatizado como próprio de seus corpos de homens ou mulheres biológicos (Valentine, 2007; Valentine, 2010; Johnston, 2015). Também vem sendo utilizada por conta da limitação da palavra "homossexual", partícipe da centralidade em torno da heterossexualidade por meio de uma relação de oposição; e, que, ademais, possui origem médico-legal, de objetivo patologizante (Foster, 2008, p. 924-925). O termo, no entanto, não tem função meramente descritiva. Seguindo o mesmo caminho das abordagens pós-estruturalistas, pós-modernas, pós-coloniais e decoloniais (Foucault, [1966] 2002; [1969] 2005; Spivak, [1988], 2014; Anzaldúa, op. cit.; Quijano, 2005; Lugones, 2008), a teoria *queer* problematiza o discurso ocidental – apresentado como universal, mas a bem da verdade com base na enunciação de um sujeito branco, heterossexual, eurocentrado e burguês –, assim exigindo novas epistemologias consagradoras de diferenças.

Com base nestes questionamentos, pode-se argumentar que mesmo as ciências, ao postularem que o pensamento racional independe do corpo e dos valores morais de quem o produz, ignoram sua constante cumplicidade com as construções sociais das

manifestações de gênero e sexualidades não heteronormativas como desviantes e patológicas, ameaçadoras da ordem social (England, 1994; Binnie, 1997); e pôr em xeque o próprio estatuto de objetividade e neutralidade científicos. Nesse sentido, à medida que cada disciplina produz conjunto próprio de enunciados, pautado por inexoráveis relações entre saberes e poderes a serviço tanto das intencionalidades quanto das restrições de entendimento do mundo por parte do sujeito falsamente universal, “o mito cultural de que a medicina é imparcial e objetiva forneceu particulares peso e autoridade aos julgamentos morais das instituições médicas e ao alegado caráter patológico do comportamento homossexual” (Piontek, 1992, p. 145, tradução nossa).

Não seria o mesmo caso na formulação de dados estatísticos sobre corpos e espaços?

Parte dos estudos da chamada “Nova Geografia Cultural” também abraçou a teoria *queer* (cf. Brown e Knopp, 2003). Majoritariamente anglofônicos, por um lado eles dão atenção ao fato de que corpos e espaços são mutuamente constitutivos e performativos (Nast e Pile, 1998); por outro, afirmam que corpos *são* espaços, que produzem a geografia mais próxima e íntima e, que, como outros espaços, são instituídos por e atuam sobre práticas sociais, estando por isso sujeitos a mecanismos de controle. Estas duas ideias centrais ensejam que qualquer performatividade, hegemônica ou contra-hegemônica não pode ser entendida sem uma apreciação das espacialidades em contexto, uma vez que existem espaços que perpetuam uma cultura ou conjunto de comportamentos corporais, alguns recompensados, outros punidos: espaços são social e cotidianamente heteronormatizados (Cf. Bell e Valentine, 1995; Binnie, op. cit.). A geografia de gênero e sexualidades, assim, fornece uma explicação espacial da homofobia (e suas variações): um corpo não heterossexual que não reprima sua performatividade dissidente torna-se necessariamente transgressor e, justamente por isso, pode ser repreendido e tornar-se alvo de violência por desafiar a ordem e o regime de verdade da heteronormatividade.

Michael Brown (2000) tem abordagem geográfica cujo percurso nos auxilia não só na compreensão da produção de espaços heteronormativos e da invisibilidade das pessoas LGBTTs, como seus efeitos sobre a produção de dados. Ele amplia a análise do uso coloquial da palavra “armário” (*closet*) como metáfora espacial da imposta condição de invisibilidade homossexual. Afinal, “estar no armário” é não revelar sua homossexualidade e “sair do armário” é dar publicidade à mesma, mas também são

expressões que traduzem *o ir e vir entre os espaços* que possibilitam a estas pessoas, em diferentes escalas, experiências de sociabilidade ou de resistência consagradoras de sua identidade. "Estar no armário" é condição que se espacializa em diferentes momentos e escalas: no corpo, quando controles são exercidos sobre performatividades denunciadoras da não heterossexualidade; nos variados espaços da cidade, já que sociabilidades e afetividades não heteronormativas são geralmente reprimidas quando em espaços públicos, restringindo-se a espaços secretos (saunas, locais de *cruising*) ou protegidos pela própria comunidade (espaços de reunião e encontro como bares, danceterias ou sedes de ONG e movimentos sociais, por exemplo); nas construções sobre nação, à medida que em geral têm base em tradições sobre masculinidades/feminilidades que negligenciam ou tentam apagar outras experiências e especificidades de gênero e sexualidades; e, por fim, na produção de dados estatísticos que pode não levar em conta, na eleição de categorias que determinam os levantamentos de dados, questões de gênero e sexualidades.

Sobre o último aspecto, o geógrafo analisa os dados do Censo dos Estados Unidos de 1990 e mostra que as possibilidades de resposta dos/as entrevistados/as sobre sexo, casamento, tipo de família e posição do/a chefe de família presumia sua heterossexualidade: não havia categorizações sobre orientação sexual e as respostas possíveis em torno da relação entre os/as residentes de cada domicílio eram com base no estado civil (ser casado/a, separado/a, divorciado/a ou viúvo/a, por exemplo) ou no parentesco percebido na família tradicional (esposa e marido, pai e mãe, filhos/as naturais ou adotados, irmãos e irmãs, netos/as). Assim, "composições não familiares", i.e., aquelas em que havia "homens nunca casados" e "mulheres nunca casadas", apresentavam subcategorias como "homens não morando sozinhos", "mulheres não morando sozinhas" e "residentes sem parentesco"

O objetivo de Brown é demonstrar que esta formulação prévia de categorias influencia a composição final dos dados: Para isso, mostra que Capitol Hill, um bairro Seattle, no estado de Washington, apresentava em 1990 cerca de 77% de domicílios cuja composição era "não familiar", valores muito superiores à prevalência de Seattle (35%) e nacional (15,9%). Ali, os "homens vivendo sozinhos" eram mais de 24%, contra cerca de 7% na cidade e 3% em todo o país; "os homens nunca casados" eram cerca de 37%, contra aproximadamente 20% e 14%, respectivamente; e os dados sobre as mulheres nestas composições "não convencionais" eram semelhantes. Nesse sentido, o autor nos

informa que a dissonância dos dados de Capitol Hill é um problema estatístico construído a priori, que só pode ser desvelado por quem tem o conhecimento prévio de que a localidade é um “bairro gay” – possui uma população bastante elevada de homens gays e lésbicas que ali escolheu morar por causa do sentido de comunidade e da proteção que a concentração destes perfis de gênero é capaz de gerar; e que são “solteiros/as” porque o casamento gay só foi legalizado em Washington em 2012.

As taxas que descrevem residentes no censo estadunidense estão, pois, “no armário”: são produzidas pela lógica heteronormativa e reproduzem a invisibilidade dos gays e lésbicas de Capitol Hill. Nos atos de registro das categorias elencadas, sua existência não é coletável, o que torna-se impossível a tradução de seus corpos dentro do perfil populacional da cidade, do estado e do país.

Não seria um caso semelhante ao do SIM/MS, no Brasil, pelo qual médicos/as só tem como registrar mortes optando entre “homens” e “mulheres” como forma de descrição das vítimas?

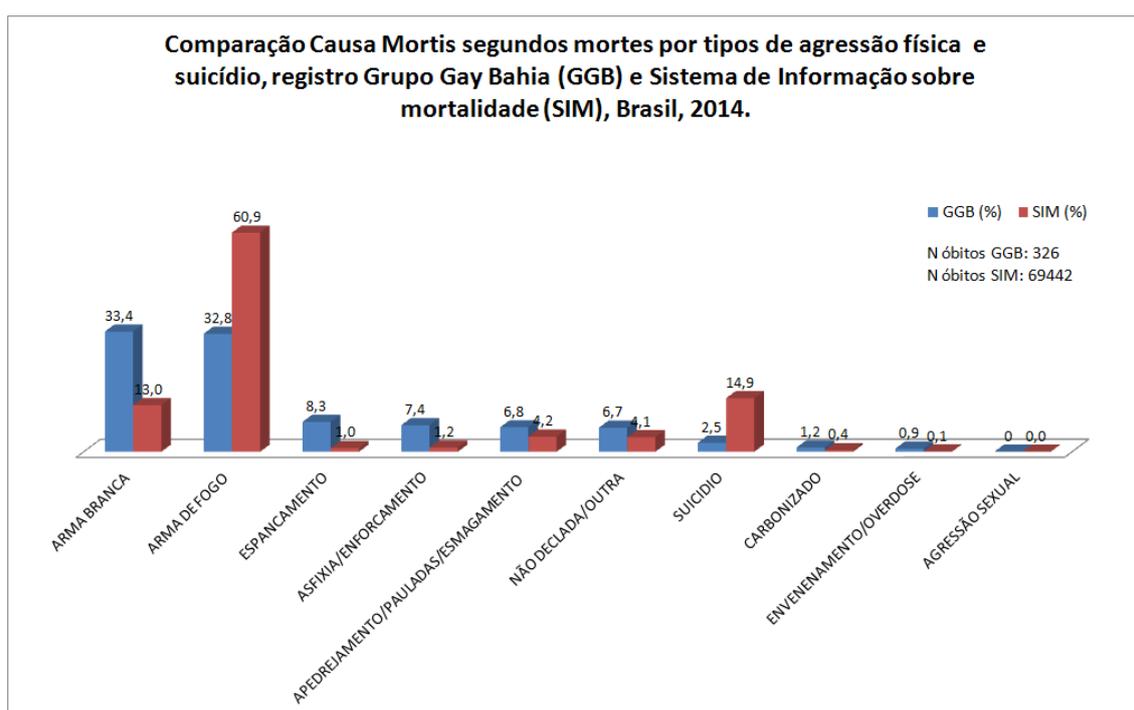
Resultados

A primeira análise que fizemos foi comparar os registros de morte violentas de LGBTTT, segundo os dados do GGB, com as informações coletadas pelo sistema de saúde que contabiliza os óbitos no Brasil: encontramos nos primeiros 326 óbitos, que correspondem a apenas 0,5% dos 6.944 óbitos do SIM identificados como homicídios e suicídios. Desta forma, uma comparação mais útil não deve se pautar no número absoluto de mortes, mas sim nas características das vítimas e contextualização da morte que forem passíveis de comparação nos dois registros: no caso das mortes por agressão física, são relevantes os meios da agressão e os locais de ocorrência; no caso dos suicídios, o volume total, já que não há a informação sobre os meios da agressão suicida nos registros da GGB; nos dois registros, as variáveis sociodemográficas (raça/cor, faixa etária e profissão) -- as proporções são apresentadas dentro dos seus próprios totais. A variável sexo que consta no SIM foi desprezada inicialmente por não figurar como categoria nos registros da GGB e pela naturalização do binarismo sexual, conforme já discutido.

Existe um pensamento corrente na qual as mortes por armas de fogo e nas ruas constituem respectivamente o principal meio e a maior parte dos locais onde a morte violenta ocorre. Os dados gerais do SIM sobre homicídio e suicídios, ratificam esta tese,

como pode ser observado no Gráfico 1, no qual se revela que aproximadamente 61% das mortes foram causadas por armas de fogo. Porém esta leitura, embora numericamente verdadeira, esconde em seu interior a realidade de grupos invisibilizados. Ao observar a distribuição das mortes violentas de LGBTTTs do registro do GGB também de 2014, podemos ver que as mortes deste grupo se diferenciam segundo tipos e meios de morte daquelas apresentadas pelo SIM. Destacam-se as armas brancas, 33,4% das mortes, e em seguida as armas de fogo, 32,8% das mortes, contrariando a tendência geral apresentada nos dados do SIM.

Gráfico 1.



Fonte: Dados Preliminares de mortalidade, SIM- MS, 2014; Grupo Gay Bahia, 2014.

Um dos componentes da violência homofóbica é o ódio, a tortura e a crueldade nos atos, o que permite traçar paralelos com a violência racista e feminicida. A leitura dos outros meios de morte documentados pelo grupo GGB expõe ocorrências variadas de outras naturezas de agressões que não são tipicamente referenciadas nos estudos sobre mortes violentas, são elas: “espancamento”, “asfixia”, “enforcamento”, “apedrejamento”, “pauladas” e “esmagamentos”. Essas *causas mortis* relatadas pelo GGB podem ser pareadas aos meios de morte registrados no SIM, reunindo categorias e reinterpretando os meios de agressão da base oficial. Elas correspondem a aproximadamente 56% das

mortes contra LGBTTTT. Estes meios de morte representam nos dados do SIM, 30% das mortes.

O que se pode extrair desta diferença? Se por um lado o fato das mortes por armas de fogo constituir cerca de um terço das aferidas pelo GGB, reforçando o entendimento comum que associa esta causa de morte a certa violência urbana generalizada, a relevância de outras causas, mais elevadas do que nos dados do SIM, dão pistas para uma confabulação a respeito do ódio e da tortura como marcas da violência letal contra LGBTTTTs.

A tabela 1, abaixo, procuramos descrever o perfil da vítima LGBTTTT por homicídio, segundo os dados do GGB.

A raça/cor das vítimas LGBTTTT notificadas pelo GGB são em sua maioria branca eram 37%, e negras⁴ eram cerca de 30%. Esta concentração nas vítimas brancas pode ser entendida como um reflexo do tipo de levantamento baseado em dados da mídia que no geral não captura dados de raça/cor e quando o faz privilegia as notícias de vítimas de raça/cor branca.

A idade das vítimas concentra-se na faixa etária 20 a 29 anos, **alcançando** 23,6% dos casos, seguida da faixa etária 30 a 39 anos, com 21,5% dos casos. Neste aspecto, os óbitos de LGBTTTTs capturados pelo GGB aproximam-se aos dados do SIM e estudos como o Mapa da Violência⁵ que apresenta o perfil de idade das vítimas de violência letal como mais jovem.

Sobre a profissão das vítimas, no geral essa informação não foi capturada em 60% dos casos, 28% eram de profissões variadas, 11% eram profissionais do sexo e 3% estudantes. As profissionais do sexo, grupo que nós fazemos destaque, foram mais numerosas entre as vítimas transgêneras, 23,8% das vítimas.

⁴ Pretos e pardos foram respectivamente 26,7% e 3,1%; outros são 33,4% dos casos e correspondem às situações em que não foi identificada a cor da vítima.

⁵ Publicação anual que computa dados de homicídio no Brasil (<http://www.mapadaviolencia.org.br/>).

Tabela 1.

Características sociodemográficas estratificadas por condição lgbt (n e %) das vítimas de assassinato LGBT. Brasil. Ano: 2014.

Variáveis	Total		Bissexual	Gay	Hétero	Lésbica	T-lover	Trans
	n	%	%	%	%	%	%	%
Total	326	100,0	0,9	50,0	1,5	4,3	2,1	41,1
(N abs grupos)			3	163,0	5	14,0	7	134
Cor								
Branco	120	36,8	67,7	41,1	20	21,4	28,6	35,1
Pardo	87	26,7	0	28,8	20	35,7	0	23,9
Preto	10	3,1	0	3,7	0	0,0	0	3,0
ND	109	33,4	33,3	26,4	60	42,9	71,4	38,1
Trabalha/estuda								
Estudante	11	3,4	33,33	3,6	20	0,0	0	2,2
Profissional do sexo	36	11,0	0	1,8	0	0,0	0	23,8
Outra profissão	93	28,5	33,33	40,6	20	28,6	42,9	54,6
ND	186	57,1	33,33	54,0	60	71,4	57,1	19,4
Faixa Etária (n=325)								
0 a 9 anos	1	0,3	0	0,0	0,00	0,0	0	0,7
10 a 19 anos	35	10,7	0	10,4	20	35,7	0	9,0
20 a 29 anos	77	23,6	66,7	19,0	20	14,3	14,3	29,9
30 a 39 anos	70	21,5	0	22,7	0	14,3	14,3	22,4
40 a 49 anos	53	16,3	0	19,6	20	28,0	28,6	10,4
50 a 59 anos	15	4,6	33,3	5,5	20	0,0	14,3	2,2
60 anos e mais	12	3,7	0	4,3	20	0,0	14,3	2,2
ND	62	19,0	0	17,8	0	7,1	14,3	23,1

Fonte: Grupo Gay Bahia, 2014.

O Gráfico 2, apresenta as *causa mortis* aferidas pelo GGB segundo categoria de LGBTTT de pertença. Foi possível identificar que as “armas brancas” se destacam principalmente para a categoria “Hétero”, em que 80% foram assassinados por esta causa, seguido dos bissexuais, 66,7% das vítimas, lésbicas, 43%, e gays, 33,7% dos casos.

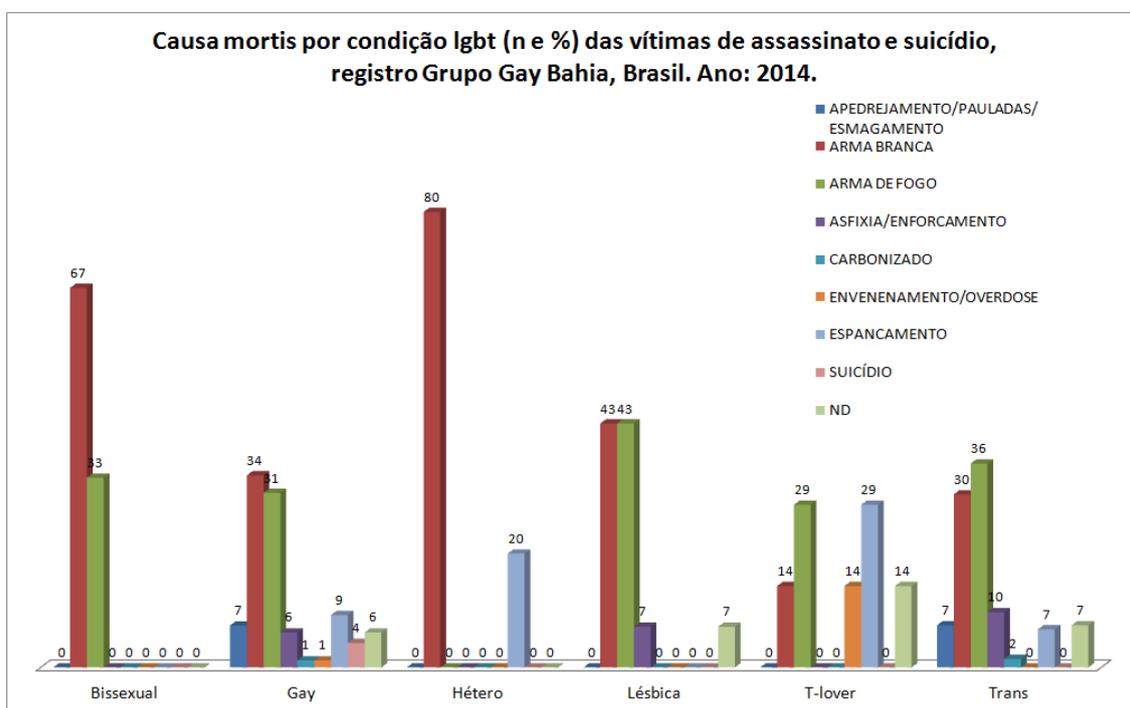
As armas de fogo se destacam nas vítimas lésbicas, 43%, as vítimas transgêneras foram 36%, e gays, 31% dos casos.

Os espancamentos se sobressaem nos grupo T-lovers, 28,6%, e as vítimas héteras, 20% dos casos. O apedrejamento foi causa no grupo Trans e Gay, ambos contavam com 7,4% dos casos.

A morte por enforcamento foram mais recorrentes para nas vítimas transgêneras, 9,7% dos casos e lésbica 7,1%.

Os suicídios destacam-se nas vítimas gays, 4,3%.

Gráfico 2.



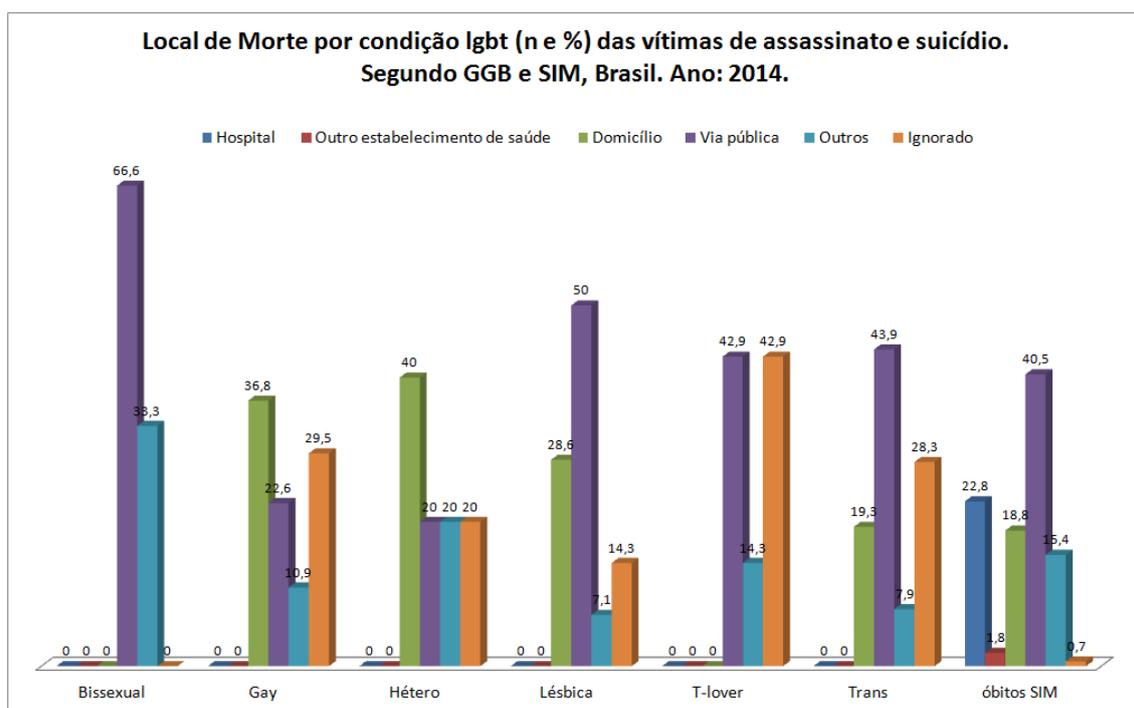
Fonte: Grupo Gay Bahia, 2014.

Quanto mais desagregamos os dados, mais complexo se torna o entendimento da violência letal contra população LGBTTT, especialmente pela diferença no perfil das agressões que apresenta a brutalidade das mortes, por um lado e a prevalência do espaço público nas agressões por outro, até mesmo superando os apontamentos iniciais da criminalidade urbana.

Cerca de 40% das mortes violentas registradas pelo SIM ocorreram na via pública e 19% na residência. Nos dados do GGB, podemos identificar que as vítimas lésbicas, héteros, t-lovers e trans ultrapassam 40% das mortes ocorridas na via pública.

As vítimas gays e héteras tiveram maior parte das agressões ocorridas na residência, também se diferencia da média dos dados do SIM para este local, representando cerca de 40% dos locais de ocorrência das agressões nos dois casos.

Gráfico 3 - Morte LGBT x local de ocorrência



Fonte: Dados Preliminares de mortalidade, SIM- MS, 2014; Grupo Gay Bahia, 2014.

Conclusão

Partimos, neste trabalho, do pressuposto de que as taxas de homicídio no Brasil estão no armário. Tendo como base o trabalho do geógrafo Michael P. Brown e da teórica *queer* Judith Butler, visamos demonstrar que se há pouca ou nenhuma investigação sobre a violência, sobretudo quando seguida de morte, contra a população LGBTTTT, em muito isso se deve à forma como os registros de morte oficiais são feitos: quando médicos e médicas registram as mortes tão somente registram os óbitos baseando-se num binarismo sexual descritor das vítimas (homem ou mulher), tais profissionais tanto são influenciados quanto ajudam a legitimar uma ordem moral coercitiva heteronormativa que ignora a multiplicidade e a complexidade de combinações entre sexo, gênero e desejo. Ao se morrerem necessariamente “homens” ou “mulheres”, invisibilizam-se as mortes com motivações homofóbicas e transfóbicas. Como consequência temos a ausência de políticas embasadas em dados oficiais que lhes auxiliem.

Iniciativas dos movimentos sociais como a documentação feita pelo Grupo Gay Bahia são pioneiras ao demonstrarem ao menos as diferenças deste tipo de violência em comparação a violência geralmente investigada, propondo caminhos para a intervenção: por exemplo, a relação entre as violências homofóbicas e a alta incidência nos cenários das ruas e grandes cidades, onde concentraram a maioria dos registros, além de mostrar um outro padrão ligado a tortura e crueldade nas causa mortis que atingiram a população LGBTTTT.

Nosso artigo é um esforço inicial para aliar a discussão vigente sobre geografia das sexualidades e a teoria queer às possibilidades de reinterpretação destas mortes.

Referências

ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. México: Fondo de Cultura Económica, (1983) 1993.

ANZALDÚA, G. *Borderlands/La frontera: the new mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, (1987) 2012.

BELL, D. e VALENTINE, G. (Orgs.). *Mapping Desire: Geographies of Sexualities*. London: Routledge, 1995.

BINNIE, J. Coming out of geography: towards a queer epistemology. *Environment and Planning D: Society and Space*, n. 15, p. 223-237, 1997.

BROWN, M.P. *Closet space*. Londres: Routledge, 2000.

BROWN, M. e KNOPP, L. Queer cultural geographies – We're here! We're queer! Over there, too! In: ANDERSON, K., DOMOSH, M., PILE, S. e THRIFT, N. (Orgs.). *Handbook of cultural geography*. Londres: Sage, 2003, p. 313-324

BUTLER, J. *El género en disputa*. Barcelona: (1990) 2007.

England K, Getting personal: reflexivity, positionality and feminist research. *Professional Geographer*, v. 46, p. 80-89,

FOSTER, D.W. El estudio de los temas gay en América Latina desde 1980. *Revista Iberoamericana*, v. 74, n. 225, p. 923-941, 2008.

FOUCAULT, M. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, (1966) 2002.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, (1969) 2005.

GRUPO GAY BAHIA. *Assassinato de homossexuais (LGBT) no Brasil: Relatório 2014*. Disponível em <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2015/01/relatc3b3rio-2014s.pdf>. Arquivo consultado em 3 de maio de 2016.

JOHNSTON, L. Gender and sexuality I: Genderqueer geographies? *Progress in Human Geography*, p. 1-11, 2015.

LUGONES, M. Colonialidad y género. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 73-101, 2008.

MISKOLCI, R. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Periodicus*, v. 1, n.1, p. 45-67, 2014.

NAST, H. e PILE, S. (Orgs.). *Places through the body*. London: Routledge, 1998.

PIONTEK, S. Unsafe representations: cultural criticism in the age of AIDS. *Discourse*, v. 15, p. 128-153, 1992,

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber*. Buenos Aires: CLACSO, (2000) 2005, p. 227-278.

RAMOS, S. e CARRARA, S. A Constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e Academia na elaboração de políticas públicas. *PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva*, v. 16, n. 2, p. 185-205, 2006.

SPIVAK, G.C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, (1988) 2014.

VALENTINE, D. *Imagining transgender: na ethnography of a category*. Durham: Duke University Press, 20017.

VALENTINE, G. Prejudice: rethinking geographies of oppression. *Social and Cultural Geography*, v. 11, n. 6, p. 519-537, 2010.